

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO JORNALISMO E MOVIMENTOS EM CENÁRIOS DE CRISE

Guilherme Guerreiro Neto^{1 2}

RESUMO: O processo de institucionalização do jornalismo é discutido aqui considerando a historicidade das práticas que marcam o século XIX como período de consolidação do campo, as variações da instituição jornalística em diferentes ambientes culturais e as mudanças por que passa inevitavelmente. Os movimentos contemporâneos da instituição afetam as organizações tradicionais e trazem novos agentes que atuam e se relacionam no campo jornalístico. Em cenários de crise institucional, que desestabiliza padrões de ação cristalizados, o jornalismo enfrenta instabilidades que provocam rearranjos. Pensar o jornalismo como instituição social pode ser pertinente para entender as mudanças em andamento.

PALAVRAS-CHAVE: *Jornalismo; Instituição; Institucionalização; Campo; Crise.*

ABSTRACT: The process of institutionalization of journalism is discussed here considering the historicity of practices that mark the 19th century as a consolidation period for the field, the variations of journalistic institution in different cultural environments and the changes it inevitably goes through. The contemporary movements of the institution affect the traditional organizations and bring new agents that act and relate in the journalistic field. In times of institutional crisis, which destabilize crystalized action patterns, journalism faces instabilities that bring rearrangements. Thinking journalism as a social institution can be relevant to understand the changes in course.

KEYWORDS: *Journalism; Institution; Institutionalization; Field; Crisis.*

¹ Este artigo foi apresentado no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) de 2013, em Brasília, e traz parte da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO CAMPO

A instituição jornalística carrega a estabilidade e a tendência à reprodução que marcam as instituições, mas está em movimento. Não se pode tratar de instituição social sem considerar o processo de institucionalização que a acompanha. Afinal, como diz José Luiz Braga, os processos geram estruturas tanto quanto as estruturas se realizam em processos: “Não devemos estagnar na perspectiva de que, conhecendo as estruturas, podemos dizer os processos que estas desenvolvem. É preciso também observar processos em ação para melhor compreender a própria formação das estruturas” (2006, p. 30-31). Essa linha dialética ajuda a deixar as coisas no lugar.

A formação do hábito precede a institucionalização (BERGER; LUCKMANN, 2008). Ações tornadas habituais, frequentemente repetidas e tomadas como padrão, passam a ser admitidas como certas e a fazer parte do acervo de conhecimentos do indivíduo. Para Berger e Luckmann, as instituições surgem quando tais ações são tipificadas:

A institucionalização ocorre sempre que há uma **tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores**. Dito de maneira diferente, qualquer uma dessas tipificações é uma instituição. O que deve ser acentuado é a **reciprocidade das tipificações institucionais** e o **caráter típico não somente das ações, mas também dos atores nas instituições**. As tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas. São *acessíveis* a todos os membros do grupo social particular em questão, e a própria instituição tipifica os atores individuais assim como as ações individuais (2008, p. 79, grifo nosso).

O jornalismo é uma tipificação partilhada e agrega uma série de outras tipificações reconhecidas socialmente como próprias da instituição. Também os jornalistas e outros atores institucionais foram historicamente tipificados, embora a porosidade dessa tipificação seja perceptível.

Para compreender uma instituição, é preciso entender o processo histórico em que foi produzida (BERGER; LUCKMANN, 2008). Há três grandes interpretações sobre a origem do fenômeno jornalístico (QUINTERO *apud* SOUSA, 2008): 1) existe desde a Antiguidade, quando já havia dispositivos para troca regular e organizada de informações atuais (notícias); 2) é uma invenção da modernidade, ligado ao surgimento da tipografia e da imprensa na Europa; 3) nasce no século XIX devido ao aparecimento quer de dispositivos técnicos, como impressoras e rotativas, quer de dispositivos

auxiliares, como o telégrafo e a máquina fotográfica. As duas primeiras seriam interpretações socioculturais, enquanto a terceira seria técnica.

Jorge Pedro Sousa (2008) defende o primeiro posicionamento, apesar de referir-se, no período anterior à modernidade, a fenômenos pré-jornalísticos. Jean Chalaby (2003) filia-se à terceira, mas os argumentos por ele adotados não se concentram em questões técnicas. A tese de Chalaby de que o jornalismo é uma invenção anglo-americana do século XIX traz elementos que acabam por mostrar que nesse período, nesses lugares o jornalismo como se conhece hoje se institucionalizou e se transformou em um campo social autônomo. Ele estabelece comparações entre o jornalismo impresso na Inglaterra e nos Estados Unidos de um lado e na França de outro.

O jornalismo anglo-americano trazia mais notícias, a informação era mais abundante, atualizada, frequente e exata. Havia melhores serviços de recolha da informação, com as figuras do repórter, do correspondente estrangeiro e com as agências de notícias. Além disso, práticas discursivas próprias do jornalismo, como a entrevista e a reportagem, foram desenvolvidas nessa época nos Estados Unidos. Foi esse modelo que fez do jornalismo uma atividade pensada como profissão à parte (NEVEU, 2006).

Entendemos aqui o jornalismo como um fenômeno tipicamente da modernidade, com formação em curso desde o surgimento da imprensa, a publicação de gazetas pela Europa e a efervescência publicista das revoluções burguesas, que, no entanto, cristaliza-se como instituição no século XIX, quando encontramos evidentes marcos de seu processo de institucionalização e sua consolidação como campo social, com relativa autonomia em relação aos campos político e literário.

Os motivos de um jornalismo centrado mais em fatos e menos em opinião ter sido inventado em Nova Iorque e Londres, e não em Paris, estão relacionados principalmente, segundo Chalaby, a questões culturais, políticas e econômicas – são considerados ainda fatores linguísticos, na comparação entre as línguas inglesa e francesa, e fatores internacionais, levando em conta a posição anglo-americana dominante no mundo.

No âmbito da cultura, o jornalismo nos Estados Unidos e na Inglaterra se desenvolveu com independência em relação ao campo literário, o que não ocorreu na França, onde o capital literário tinha grande importância no jornalismo: “A maior honra para um jornalista francês era ser acolhido pela Academia Francesa” (CHALABY, 2003, p. 39). A competência requisitada de um jornalista era literária. Como diz Érik

Neveu, “Trabalhar em um jornal é uma posição de expectativa pelas verdadeiras carreiras da literatura e da política” (2006, p. 26). Havia ainda uma hierarquia das práticas discursivas jornalísticas estabelecidas pela “literaridade” de cada uma.

As causas políticas são em parte de natureza histórica, em parte de natureza sociológica. A de natureza histórica é a repressão governamental, que se prolongou na França mais do que nos Estados Unidos e na Inglaterra. A de natureza sociológica diz respeito ao enquadramento das lutas políticas, que nos dois países de língua inglesa limitava-se ao bipartidarismo parlamentar, enquanto na França as alternativas políticas eram mais abertas. Por lá, no século XIX, as disputas políticas assumiam caráter mais violento, e muitos jornalistas estavam comprometidos com a publicização de doutrinas políticas. “Na Inglaterra como na América, apesar de muitos jornais possuírem, e algumas vezes afirmarem, preferências políticas, não se podia dizer que algum deles assumisse o papel militante ou partidário dos jornais franceses” (CHALABY, 2003, p. 45).

Quanto às razões econômicas, as forças do mercado foram mais importantes na consolidação do jornalismo nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde os jornais conseguiram receitas de vendas e publicidade. “Estas importantes receitas contribuíram para autonomizar a imprensa americana e britânica da esfera da política” (CHALABY, 2003, p. 45). Na França, poucos jornais “eram financeiramente independentes e muitos aceitaram subornos através dos quais o governo e os partidos políticos os controlavam” (CHALABY, 2003, p. 46).

As justificativas clarificam o fato de que o jornalismo francês permaneceu sob forte influência do campo político e do campo literário, ao passo que o campo jornalístico nos Estados Unidos e na Inglaterra consolidou regras próprias de funcionamento que permitiram mais autonomia em relação aos outros campos – em contrapartida, diga-se, houve aproximação com o campo econômico.

Também para Pierre Bourdieu, é no século XIX que o campo jornalístico se constitui. Ele posiciona essa constituição “em torno da oposição entre os jornais que ofereciam antes de tudo ‘notícias’, de preferência ‘sensacionais’ ou, melhor, ‘sensacionalistas’, e jornais que propunham análises e ‘comentários’” (1997, p. 104-105, grifo no original). Enquanto Chalaby argumenta sobre a invenção, Bourdieu enfatiza a oposição como constituinte do campo.

A comparação de Chalaby se dá a partir de 1830 e segue até 1920. A *penny press* foi o fenômeno que transformou o jornalismo nos anos 1830. Antes os jornais

eram basicamente comerciais ou políticos. Os novos jornais populares, vendidos a um centavo, foram protagonistas de uma “revolução” que, segundo Michael Schudson, “levou ao triunfo da ‘notícia’ sobre o editorial e dos ‘fatos’ sobre a opinião, uma mudança moldada pela expansão da democracia e do mercado, e que, com o tempo, conduziria à incômoda submissão do jornalista à objetividade” (2010, p. 25). É essa revolução que estava em curso e que permite a Chalaby distinguir tão claramente o jornalismo anglo-americano da época.

Obviamente, não se pode entender a institucionalização do jornalismo como uma história natural ou em um sentido evolucionista. É possível criticar a perspectiva de que o jornalismo é uma invenção anglo-americana considerando que se trata apenas da maneira hegemônica de fazer jornalismo. Um jornalismo de linha mais opinativa, herdeiro do publicismo, sobrevive, embora a disseminação do jornalismo informativo tenha sido avassaladora. Mas, inegavelmente, padrões de controle internos ao jornalismo que emergiram ou se consolidaram naquele contexto passaram a ser fundamentais à instituição e ao campo jornalístico. As práticas da entrevista e da reportagem, assim como os papéis do jornalista e, especificamente, do repórter, na medida em que são tipificados, ajudam a institucionalizar o próprio jornalismo.

O risco a ser combatido com a comparação entre o jornalismo anglo-americano e o francês é, como pontua Neveu, abusar dos contrastes. Afinal, nos Estados Unidos e na Inglaterra há um choque interno entre o modelo que se consolidou e outro mais político, por vezes ligado à construção de máquinas partidárias. “Ocultar meio século em que um jornalismo engajado teve um papel central equivale a reescrever a história do ponto de vista dos vencedores” (NEVEU, 2006, p. 32). Além do que, mesmo com uma base de princípios e valores próprios, o jornalismo anglo-americano não sobrevive com um modelo único de fazer jornalismo.

VARIAÇÕES INSTITUCIONAIS NO ESPAÇO E NO TEMPO

Embora a ideia de instituição soe como representação de um fenômeno bem unificado e coeso, não é assim de fato. Há uma pluralidade de modos de colocar as instituições em prática. Resistem em meio à pluralidade elos gerais que permitem relacionar expressões diferentes de um fenômeno. Isso à parte, não é prudente esquecer que a institucionalização é uma propriedade relativa, por exemplo, a contextos

particulares, o que aponta para a necessidade de considerar as variações de como a instituição jornalística se manifesta em diferentes espaços nacionais ou diferentes ambientes culturais.

No Brasil, segundo Liriam Sponholz (2009), a mudança na estrutura econômica dos jornais não levou necessariamente a uma transformação política. *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, por exemplo, tornaram-se empresas no começo do século XX, mas continuaram defendendo objetivos políticos. Do mesmo modo, em relação à literatura, o estilo dominante no jornalismo era o literário e alguns jornalistas sonhavam com a carreira de escritor. “O jornalismo não desenvolveu características próprias, que o diferenciasse da literatura e com isso não conseguiu se estabelecer como um campo autônomo” (SPONHOLZ, 2009, p. 63).

Isso só foi ocorrer nos anos 1950, sendo um marco a chegada do lead nas redações brasileiras, a partir da reforma do *Diário Carioca*, por proporcionar o desenvolvimento de uma linguagem jornalística própria e a emancipação do campo literário (SPONHOLZ, 2009). As diferenças entre a institucionalização do jornalismo e sua formação como campo autônomo nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França e no Brasil mostram as nuances que o ambiente social traz.

Quando se fala na incorporação do modelo americano de jornalismo no Brasil, certamente não há uma apropriação nos mesmos moldes, há sempre reinterpretação. Segundo Afonso de Albuquerque (2009), a instituição do *copy desk* no jornalismo brasileiro, durante a reforma do *Diário*, teve um papel bem diferente do que cumpriu nos Estados Unidos: enquanto lá o papel era eminentemente técnico, de correção e adaptação do texto para a impressão, aqui, mais do que corrigir, tornou-se um instrumento disciplinar no projeto de reforma do jornalismo brasileiro. Com a função de adequar os textos aos novos parâmetros do jornalismo “moderno”, o *copy desk* foi crucial no que Albuquerque chama de processo de modernização autoritária da imprensa brasileira.

(...) a década de 1950 deve ser entendida como um marco importante no desenvolvimento de um caminho *próprio* pelo jornalismo brasileiro, um caminho que não pode ser explicado simplesmente como resultante de mera ruptura com o jornalismo que se praticava no passado, nem como o mero produto de uma convergência com o modelo americano. É somente na medida em que consideramos as características específicas do processo de institucionalização do jornalismo no Brasil, que poderemos entender melhor a natureza do conceito de profissionalismo que ele põe em jogo, o qual prioriza a definição de *quem* pode ser jornalista, em detrimento da definição de *como* o

jornalismo deve ser exercido” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 281-282, grifo no original).

Além da reforma do *Diário Carioca*, a da *Folha de S. Paulo*, na década de 1980, seria outro exemplo de uma reforma de modernização autoritária, que propõe uma revolução vinda de cima para resolver a defasagem do jornalismo brasileiro em relação ao de outros países, no caso, dos Estados Unidos (ALBUQUERQUE, 2010). Mas, para Albuquerque, se no *Diário Carioca* havia um discurso com argumentos do movimento progressivo e em que o jornalista profissional era o elemento central da mudança, na *Folha* o discurso traz um argumento liberal, em que a empresa jornalística é o principal agente da transformação.

Os atores sociais do jornalismo também foram institucionalizados no decorrer da história. A ocupação serviu, em muitos casos, como meio para atingir outros fins. Com o tempo, para usar os termos que Richard Whitley (1974) aplica ao âmbito da ciência, pode-se falar em maior grau de uma institucionalização cognitiva dos jornalistas do que de uma institucionalização propriamente social. Ainda que haja consensos procedimentais e práticas comuns entre jornalistas de diferentes países, não há integração que os constitua como grupo socialmente delimitado e legitimado. Ou como diz Traquina (2005), se por um lado o território de trabalho dos jornalistas não foi fechado – configurando assim o jornalismo como uma quase profissão –, por outro há uma identidade profissional bem marcada por crenças, mitos, valores, símbolos e representações.

Os papéis assumidos pelos atores ligados à produção discursiva do jornalismo variam dos já consagrados aos mais recentes, que surgem a partir das necessidades produtivas e das potencialidades tecnológicas. Na medida em que os papéis representam a ordem institucional (BERGER; LUCKMANN, 2008), mudanças no estatuto do trabalho jornalístico geram rearticulações na própria instituição. É o caso do surgimento do repórter no século XIX ou a apropriação do *copy desk* no jornalismo brasileiro em meados do século XX.

Os papéis funcionam ainda como mediadores de um setor específico do acervo comum do conhecimento. Significa que aprender um papel, para o indivíduo, “não é simplesmente adquirir as rotinas que são imediatamente necessárias para o desempenho ‘exterior’. É preciso que seja também iniciado nas várias camadas cognoscitivas, e mesmo afetivas, do corpo de conhecimento (...) adequado a este papel” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 107). Conhecimentos tácitos compartilhados circulam entre os

jornalistas nesse processo de assumir papéis. O que o campo do jornalismo ainda enfrenta, segundo Eduardo Meditsch (2010), é um déficit teórico, pela inexistência de um corpo de conhecimentos específicos amadurecido filosófica e cientificamente.

Deve-se falar em graus de institucionalização. Conforme Ronald Jepperson (1991), uma instituição é altamente institucionalizada se para frear processos reprodutivos for necessária uma formidável ação coletiva. E, não se pode esquecer, as instituições mudam. A formação institucional por si já é uma transformação, há ainda o desenvolvimento institucional, a desinstitucionalização, que representa a saída do processo de institucionalização, e mesmo a reinstitucionalização, a saída de um tipo de institucionalização e a entrada em outra forma institucional, organizada em diferentes princípios e regras (JEPPERSON, 1991). O próprio papel do *copy desk*, que praticamente não existe mais nas redações brasileiras, é um exemplo de mudança institucional, de desinstitucionalização.

Como as instituições se descolam dos processos sociais originais dos quais surgiram, desvios de curso são prováveis, podem levar até à desinstitucionalização. “A institucionalização não é (...) um processo irreversível, a despeito do fato das instituições, uma vez formadas, terem a tendência a perdurar.” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 113). As contradições e os choques externos, lembra Jepperson, podem bloquear a ativação de procedimentos reprodutivos e provocar mudanças institucionais.

Se há autoevidência e os indivíduos seguem os esquemas institucionalizados, as instituições se mantêm vivas e funcionam normalmente. Os atores sociais devem conhecer sistematicamente os significados das instituições para reconhecê-las como “solução ‘permanente’ de um problema ‘permanente’” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 98). No decorrer da história, os significados podem ser reinterpretados sem necessariamente subverter a ordem institucional.

MOVIMENTOS DA INSTITUIÇÃO EM CENÁRIOS DE CRISE

Crise é a palavra de ordem que recai sobre a instituição jornalística. Um cenário de mudanças se impõe com características mais do que apenas conjunturais. A dificuldade não é de uma empresa ou outra, nem a crise de identidade dos jornalistas é localizada (quem pode ser chamado de jornalista? Em que atividades se pode atuar

como jornalista?). Nessas horas, a relativa estabilidade das instituições impede que fiquemos em meio ao vazio, mas também atravança adaptações ágeis. Mesmo assim, as transformações, ainda indefinidas, fazem a instituição jornalística se movimentar, alteram a estrutura do campo.

As transformações, dizem os neoinstitucionalistas, costumam surgir diante de choques externos. Por isso é importante olhar também para fora do jornalismo. O que está diante de nós é uma mudança de todo o “ecossistema midiático” e do “biótopo informacional” com a digitalização do mundo (RAMONET, 2012). Como afirma Ignacio Ramonet, “A informação não circula mais como antes, em unidades controladas, bem corrigidas e formatadas (...). Tornada imaterial, ela se apresenta agora sob a forma de um fluido, que circula em segmentos abertos da Internet quase à velocidade da luz...” (2012, p. 17). Isso certamente mexe não só com as empresas, também com a prática jornalística, que, segundo Ramonet, está para ser reinventada.

De todo modo, a dificuldade de adaptação das empresas é o sintoma mais evidente de que os rumos seguem instáveis. Ao mesmo tempo em que o modelo de negócios tradicional do jornalismo é cada vez menos viável, não há ainda modelos alternativos consolidados enquanto experiências replicáveis. Os jornais impressos, em geral, enfrentam quedas de audiência e lucro – principalmente na Europa e na América do Norte³. Como as organizações que produzem jornal impresso muitas vezes têm novos produtos e formatos, a audiência em parte migrou para esses outros formatos sem necessariamente desprezar o conteúdo jornalístico. A rentabilidade, no entanto, não migrou na mesma proporção. No Brasil, a situação dos impressos já dá sinais de crise, com o fechamento de títulos e demissões em massa de jornalistas.

Dificuldades de gestão à parte, a perda de força das grandes organizações jornalísticas provoca reconfigurações do campo. A postura das empresas como detentoras do monopólio da informação deixa de fazer sentido e novos agentes, fora dos *media* tradicionais, entram no jogo com capitais ora herdados de trabalhos anteriores em jornais e emissoras dominantes, ora capitaneados em outros campos. Ramonet (2012) chega a falar em passagem “da era das mídias de massa para a era da massa de mídias”, em que, em vez de “mídias-sol”, em torno das quais gravitam a comunicação e a

³ Com dados fornecidos pela *World Association of Newspapers*, Ramonet mostra que “O mundo do jornalismo impresso se encontra em uma total aflição. Entre 2003 e 2008, a circulação mundial de jornais diários pagos desabou 7,9% na Europa e 10,6%, na América do Norte. Durante 2009, a queda continuou: 3,4%, na América do Norte, e 5,6%, na Europa. Quanto às receitas publicitárias, principal fonte da maioria dos jornais dominantes, elas diminuíram, em 2009, 17%. Na Europa Ocidental, a queda foi de 13,7% e na América do Norte de 26%!” (2012, p. 31).

informação, ganham força “mídias-poeira”, aquelas espalhadas pelo sistema e capazes de se aglutinar em superplataformas *mediáticas*.

Se as organizações tradicionais têm dificuldade de adaptação ao novo ecossistema jornalístico, novas organizações, nascidas graças ao turbilhão de alternativas, enfrentam o dilema da estabilidade. A estabilização de modelos, por exemplo, de veículos digitais sem fins lucrativos, de coletivos de transmissão de vídeos ao vivo pela Internet (*streaming*), de experiências de jornalismo com financiamento coletivo (*crowdfunding*), de microorganizações que cobrem temáticas específicas e atendem nichos requer tempo. No relatório *Jornalismo Pós-industrial*, do *Tow Center for Digital Journalism* da Universidade de Columbia (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013), são apontados como dois dilemas centrais da institucionalização do jornalismo do século XXI primeiro a necessidade de adaptar as organizações jornalísticas tradicionais à Internet, discutida desde a década de 1990, e segundo a necessidade de institucionalizar novas formas de produção de notícias.

As novas relações de disputa e cooperação entre agentes não apagam a presença de grandes empresas *mediáticas* que continuam no jogo e que procuram agrupar três grandes esferas: a cultura de massa, a comunicação e a informação. “Essas três esferas, antes tão diferentes, imbricaram-se pouco a pouco para constituir uma única esfera ciclópica, no interior da qual se torna cada vez mais difícil distinguir as atividades” (RAMONET, 2012). Essas corporações, segundo Ramonet, se ocupam de tudo que deriva da escrita, da imagem e do som e difundem por diversos canais. Em alguns casos, são planetárias, como a *News Corporation*, de Rupert Murdoch.

O jornalismo, como produto imaterial que é, está cada vez mais difuso. Mas as organizações tradicionais ainda lutam para conformar o campo e permanecer no lugar de representantes legítimas. Um dos argumentos é o da credibilidade. Acontece que a desconfiança do público em muitos casos recai sobre as próprias empresas jornalísticas – basta pensar no caso das escutas telefônicas ilegais feitas pelo tabloide inglês *News of the World*, do próprio Murdoch, que acabou sendo fechado. Na medida em que as empresas representam a instituição jornalística, erros, falhas e ações condenáveis respingam na imagem institucional.

O jornalismo também não passa impunemente à falta de confiança nos jornalistas. No início do século XX, Weber já entendia que “O descrédito em que tombou o jornalismo explica-se pelo fato de havermos guardado na memória os abusos de jornalistas despidos de senso de responsabilidade e que exerceram, frequentemente,

influência deplorável” (2008, p. 81). O questionamento à credibilidade dos jornalistas e do jornalismo, como se vê, não é de hoje. Nova é a facilidade com que se tem acesso a outras fontes de informação e opinião e a meios para contrapor ideias que circulam nos *media* jornalísticos.

O avanço das formas de produção e difusão de dados, relatos e pontos de vista fora do jornalismo tradicional é de extrema importância para a sociedade e a democracia. O funcionamento dos *media* tradicionais e do jornalismo é cercado de restrições de concessão da palavra. Indivíduos que testemunham uma ocorrência específica do cotidiano ou que têm conhecimento especializado sobre determinada temática podem ganhar visibilidade pela Internet. Dos contatos via redes digitais também podem emergir reivindicações por direitos e mobilizações sociais.

Temos cautela em eleger a Internet como provedora da democratização da informação. Ramonet por vezes parece acreditar nisso – “Os imensos recursos da internet e das redes sociais representam (...) uma esperança considerável: a de uma democratização da informação” (2012, p. 23) – outras vezes não – “A internet definitivamente não muda a desigualdade dos cidadãos quanto à informação” (2012, p. 83). Mas inegavelmente com a Internet e outras formas de interação, tanto as organizações quanto os jornalistas, ainda que colonizem parte dos novos espaços, deixam de ter sozinhos o direito de escolher e publicar informações. Os jornalistas perdem certa identidade de “padres seculares” (RAMONET, 2012, p. 21).

O jornalista cidadão, amador ou como se queira chamar o indivíduo que produz informação sem ser um profissional do ramo é por um lado encorajado pelos *media* para colaborar com a produção noticiosa, por outro usa redes sociais para difundir informação por conta própria, muitas vezes material capturado com dispositivos móveis. “A novidade aqui não é a possibilidade de participação ocasional do cidadão. É, antes, a velocidade, a escala e a força dessa participação” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 71). O campo fica cada vez mais permeável e com limites instáveis. Um agente antes externo passa a contribuir diretamente com a produção, internalizando o *habitus* jornalístico, e exige por parte dos jornalistas profissionais uma postura de parceria ainda não cristalizada.

O resultado é que a “quase-profissão” de jornalista, que já detinha uma institucionalização social precária, passa a ter dilemas também em sua institucionalização cognitiva. É a crise de identidade por que passam os jornalistas. “Se

cada indivíduo é, a partir de agora, um ‘jornalista’, o que é um jornalista? No que reside sua especificidade?” (2012, p. 23), questiona Ramonet.

Ora, se pensarmos na especificidade da instituição jornalística, encontraremos a mesma dificuldade para responder. É inglória a tarefa de precisar os contornos de uma instituição. “Como qualquer espaço de relações sociais, a instituição vai muito além de seus membros. A diversidade dos mecanismos de objetivação dessas relações faz da especificidade de cada instituição um obstáculo, quase intransponível, de conceituação” (MARTINO, 2003, p. 21).

Em momentos de crise, o obstáculo fica maior. Por um lado, “o jornalismo – como instituição – quase sempre se manteve sob o signo da crise” (KARAM; CHRISTOFOLETTI, 2011, p. 87). Em 1974, o jornalista Alberto Dines (1986) tratou em livro da crise do papel de imprensa, matéria-prima para a produção do jornal impresso. Mas há crises e crises. Os indícios de agora apontam para uma crise institucional do jornalismo, ou seja, uma crise que desestabiliza a autoevidência, que interrompe a reprodução quase automática, que põe em xeque padrões historicamente estabelecidos e que torna questionáveis a autoridade e a legitimidade da instituição.

Dubet (2006) visualiza um cenário generalizado de declínio das instituições. Pode ser, mas não significa que as instituições vão acabar. Aliás, crise não é sinônimo de morte, embora insinue que há algo morto na realidade. Para Marco Aurélio Nogueira (2001), faz mais sentido pensar em crise como transição, transformação. “Como diria Gramsci, temos uma crise quando aquilo que envelheceu já não dirige mais e o ‘novo’ ainda não se qualificou para orientar o presente” (2001, p. 15). É exatamente o que vemos no jornalismo, uma passagem, um meio do caminho, a morte de uma lógica de funcionamento e a necessidade de um renascimento institucional. Crise vem do grego *krinein*: separar, romper (NOGUEIRA, 2001). Um rompimento sem que o novo esteja consolidado, que leva à desordem.

Uma crise sempre destrói e desorganiza: caracteriza-se precisamente por modificar o peso relativo das coisas, tirá-las do lugar ou do fluxo rotineiro, alterar seu sentido, dispô-las de um outro modo. Numa fase de crise, são suspensos ou postos em xeque os conceitos e ideias com que interpretamos o mundo. Tendemos a nos angustiar porque nos sentimos ameaçados em nossos próprios fundamentos, naquilo que dominamos e conhecemos, que nos sustenta. (NOGUEIRA, 2001, p. 14)

As crises destroem, mas guardam uma dimensão virtuosa: “Dissolvem resistências dogmáticas, tementes do que é novo. Abrem espaços para experiências

inéditas, e podem alterar a posição relativa dos interesses e das forças em luta” (NOGUEIRA, 2001, p. 16). Rearranjos como esses representam um panorama alternativo àquele que sentencia o fim do jornalismo. Os autores do relatório *Jornalismo pós-industrial* acreditam que não estamos vivendo uma transição de A para B, mas de um para muitos. Difícil prever como fica a instituição jornalística diante de tamanha fragmentação. A prática do jornalismo, num futuro próximo, não deve atingir uma condição de estabilidade (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013).

Embora a ideia de instituição esteja vinculada à de estabilidade, pensar o jornalismo como instituição social ajuda a entender a natureza das mudanças (RYFE, 2006). Não necessariamente estamos diante da desinstitucionalização do jornalismo. Faz sentido pensar que “(...) as transformações tecnológicas no universo midiático contemporâneo, bem como as mudanças nos próprios valores que orientam sua prática, acionam um processo não de liquidação, mas de reinstitucionalização do jornalismo” (FRANÇA; CORRÊA, 2012, p. 11). As transformações não são totais. Mas a crise, se superada, pode ser o começo da reinvenção do jornalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. *Alceu*, v. 10, n. 20, p. 100-115, jan./jun. 2010. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu20_Albuquerque.pdf. Acesso em: 2 maio 2013.

_____. O *copy desk* e o diploma: a retórica do profissionalismo como “purificação moral” no jornalismo brasileiro. In: LOPES, Fernanda Lima; SACRAMENTO, Igor (Orgs.). *Retórica e mídia: estudos ibero-brasileiros*. Florianópolis: Insular, 2009. p. 279-289.

ANDERSON, C. W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. *Revista de jornalismo da ESPM*, São Paulo, Ano 2, n. 5, p. 30-89, abr./jun. 2013.

BENSON, Rodney. News media as a “Journalistic Field”: what Bourdieu adds to new institutionalism, and vice versa. *Political Communication*, v. 23, p. 187-202, 2006.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.

CHALABY, Jean. O jornalismo como invenção anglo-americana: comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano. *Media e Jornalismo*, Lisboa, Ano 2, n. 3, p. 29-50, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/viewFile/6120/5580>. Acesso em: 24 set. 2011.

DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. 4 ed. São Paulo: Summus, 1986.

DUBET, François. *El declive de la institución: profesiones, sujetos e individuos ante la reforma del Estado*. Barcelona: Gedisa, 2006.

FRANÇA, Vera Regina Veiga; CORRÊA, Laura Guimarães. Apresentação. In: _____; _____ (Orgs.). *Mídia, instituições e valores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 7-11.

JEPPERSON, Ronald L. Institutions, institutional effects, and institutionalism. In: POWELL, Walter W.; DiMAGGIO, Paul (Orgs.). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

KARAM, Francisco José Castilhos; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Fundamentos jornalísticos para novos cenários éticos da informação. In: SILVA, Gislene et al. (Orgs.) *Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas*. Salvador: EDUFA, 2011. p. 79-100.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Mídia e poder simbólico*. São Paulo: Paulus, 2003.

MEDITSCH, Eduardo. Profissão derrotada, ciência não legitimada: é preciso entender a institucionalização do campo jornalístico. *Brazilian Journalism Research*, v. 6, n. 1, p. 97-113, 2010.

NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Loyola, 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Em defesa da política*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

RAMONET, Ignacio. *A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias*. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

SCHUDSON, Michael. *Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: _____ (Org.). *Jornalismo: história, teoria e metodologia: perspectivas luso-brasileiras*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008. p. 12-93.

SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções*. Florianópolis: Insular, 2009.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. 15 ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

WHITLEY, Richard. Cognitive and social institucionalization of scientific specialties and research areas. In: _____ (Org.). *Social processes of scientific development*. Londres/Boston: Routledge &Kegan Paul, 1974. p. 69-95.